

Assunto **Re: Esclarecimento licitação 08/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO N. 03/2022**

De <licitacao@bebedouro.sp.gov.br>

Para <licita@acompanysystem.com.br>

Data 08/03/2022 12:41



- PE3-manifestacaoSEMEB.pdf(~679 KB)

Boa tarde

De posse da **solicitação de esclarecimento** apresentada pela requerente, procedeu-se à análise das questões arguidas pela mesma, entendendo o Pregoeiro, a princípio, ser necessária a remessa dos autos ao setor requisitante, tendo em vista que os questionamentos apontados na solicitação referem-se às questões plenamente técnicas, que fogem à área de sua atuação, para que o setor se manifestasse, no sentido de esclarecer as questões abordados pela requerente.

Em resposta, foram esclarecidos as questões abordadas pela empresa **ACOMPANY COM. DE EQUIP. ELETRÔNICOS LTDA-ME**, na qual a **Secretaria Municipal de Educação**, setor requisitante, apresentou sua manifestação através de correio eletrônico "e-mail".

Observação: A manifestação da Secretaria Municipal de Educação, encontra-se anexa a este email.

Em face da manifestação exposta, esperamos ter prestado, satisfatoriamente, os esclarecimentos solicitados.

Att.



**Prefeitura de
Bebedouro**

Divisão de Despesas - Setor de Licitação

e-mail: licitacao@bebedouro.sp.gov.br

telefone: (17)3345-9100

ramais: 9116 - 9135 - 9137

Em 25/02/2022 11:42, licita@acompanysystem.com.br escreveu:

Prezados.

Bom dia.

Segue em anexo pedido de esclarecimento.

Att



Marcelo Alcântara



55+41 3589-3535



55+41 999812205



licita@acompanysystem.com.br



acompanysystem.com.br

BBMNET 082022

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 13/2022

A ACOMPANY COM. DE EQUIP. ELETRÔNICOS LTDA-ME situada na Av. Ver. Orlando S. Francisco, 1313 – V. Ipanema, cidade de Piraquara, estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 03.983.321/0001-41, vem respeitosamente à vossa presença, com fundamento na lei nº 8.666/93, apresentar a presente:

Com base no Termo de referência do presente edital, solicitamos esclarecimentos a respeito dos seguintes pontos:

1 – Entendemos que a não definição dos quantitativos mínimos a serem adquiridos por pedido (subdivisões do quantitativo total registrado), acaba impedindo que os licitantes interessados consigam definir seu **preço de venda mais competitivo**, pois, tecnicamente, o órgão pode solicitar, por exemplo, que seja entregue apenas 01 (uma) unidade por pedido. Entretanto, mostra-se como contrassenso considerar exequível que o valor unitário permita ao fornecedor absorver todos os custos envolvidos no fornecimento de apenas 01 (uma) unidade. Para corroborar a validade de nosso questionamento, é oportuno ressaltarmos que há deliberações do TCU que orientam os entes públicos a estabelecerem quantitativos mínimos para os itens que compõem o objeto licitando pelo Sistema de Registro de Preço (SRP), preservando a lógica da economia de escala e, conseqüentemente, os princípios da economicidade e isonomia. Segundo o Modelo de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União (Junho/2021), no termo de referência quando adotado o Sistema de registro de Preços, deve ser anexada tabela com estimativa de consumo do órgão gerenciador e órgãos participantes (se houver) com as requisições mínimas e máximas, conforme transcrevemos abaixo:

“Caberá ao órgão gerenciador, então, compilar as demandas envolvidas, os quantitativos mínimos por requisição e os máximos, os locais de entrega e prazos, entre outras informações, para sistematizar e harmonizar as disposições do Edital e Termo de Referência, e dispor os itens do objeto licitatório da forma mais adequada para a obtenção da melhor proposta para a Administração Pública”

Ainda segundo o doutrinador Marçal Justen Filho (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed.):

"É imperioso determinar os quantitativos máximos cuja aquisição se prevê no período de um ano. Mas, além disso, deverão estabelecer-se os quantitativos para cada aquisição individual.(...) Será defeituoso, por exemplo, o edital que estabelecer que a Administração poderá requisitar o fornecimento de lotes entre um quilograma e dez toneladas. Ora, isso inviabiliza a formação de preços, atemoriza os fornecedores diligentes e estimula os

ACOMPANY SYSTEM - Fone: 41 3589-3535

comercial@acompanysystem.com.br | vendas@acompanysystem.com.br

acompanysystem.com.br



*imprudentes (...). Em suma, a adoção de registro de preços não significa afastar a previsão de que os editais devem descrever de modo preciso o objeto da licitação. Ou seja, o sistema de registro de preços não pode gerar a ampliação dos custos de transação para o particular. **A incerteza sobre quantitativos mínimos e máximos se reflete no afastamento dos empresários sérios e na elevação dos preços ofertados à Administração.** Basta um pequeno exemplo para evidenciar o problema. É possível formular um juízo aplicável a qualquer objeto, numa sociedade industrial razoavelmente desenvolvida. Trata-se do princípio da escala, que significa que quanto maior a quantidade comercializada tanto menor o preço unitário dos produtos fornecidos. Assim, o preço unitário não será o mesmo para fornecer um quilo de açúcar ou dez toneladas. **Se não for estabelecido um lote mínimo para requisição, o particular se verá num dilema econômico invencível.** Seus custos serão diversos em função das quantidades. O resultado será a formulação de preços médios. Logo, sempre que a Administração formular requisição de lotes de maior dimensão, acabará pagando valor superior ao que poderia ter obtido - se o licitante dispusesse da informação sobre a dimensão dos lotes. Dito de outro modo, a Administração deve aproveitar o sistema de registro de preços para obter preços por atacado, evitando os preços de retalho. **Para tanto, tem de estabelecer lotes mínimos que permitam aos potenciais interessados formular a proposta mais vantajosa**".*

Essa quantidade é a mínima que a Administração vai pedir, **se pedir**, no qual a licitante deverá diluir custos indiretos (administrativo, transporte etc.). Observe que quanto menor for a quantidade mínima, maior será a perda da economia de escala. Para que possamos melhor formular nossa proposta, solicitamos a requisição mínima por pedido para os itens 3 e 7.

Piraquara, 25 de Fevereiro de 2022

Marcelo A. Silva

Marcelo Alcântara | 03.983.321/0001-41



Ofício n.º 0208//2022—PMB/SEMEB

Bebedouro/SP, 03 de março de 2022.

Assunto: Esclarecimento – Pregão Eletrônico 03/2022.

Prezado Senhor,

A Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e, com base no pedido de esclarecimentos referente ao Pregão Eletrônico 03/2022, formulado pela empresa ACOMPANY COM EQUIP ELETRON LTDA ME, vem efetuar as ponderações:

A Administração Pública obedecerá, dentre outros, ao princípio da legalidade, conforme art. 37 da CF/88 e, portanto, no tocante ao postulado, vimos pelo presente, informar que, com base na Lei Federal n. 8666/93, artigo 15, as compras poderão ser processadas através do Sistema de Registro de Preços que, conforme regulamentação instada pelo parágrafo 3º, desse mesmo artigo, gerou o Decreto Federal n. 7892/2013, que regulamenta, em seu artigo 3º, incisos II e IV, que *"quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas"* e *"quando, da natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração"* que, combinado com artigo 9º, *caput*, e inciso II, desse mesmo Decreto, esta Secretaria, através de demanda reprimida da pasta, efetuou a estimativa de quantidades, necessário às suas Unidades Escolares e setores Administrativos, optando-se, então, por esse sistema (Sistema de Registro de Preços).

Vale lembrar que, conforme outorgado na Lei Federal n. 8666/93, em seu artigo 15, parágrafo 4º, *"a existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativas às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições."*

No ensejo, pode a Procuradoria Jurídica efetuar melhor juízo do requerido.

Sem mais, colocamo-nos à disposição para dirimir quaisquer dúvidas e/ou esclarecimentos.

Prof. Dr. Hélio José dos Santos Souza

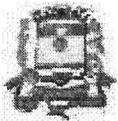
RG nº 29.468.278-8 / CPF n. 199.529.938-38

Secretário Municipal de Educação

Ao Ilmo. Sr.
PAULO SÉRGIO GARCIA SANCHEZ
DD. DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PAÇO MUNICIPAL DE BEBEDOURO-SP

"Deus seja Louvado"

RUA DR. TOBIAS LIMA Nº 1370 – CENTRO – CEP-14701-100 - ☎ 17-3344-6100
educacao.bebedouro.sp.gov.br / atendimento@semeb.bebedouro.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Bebedouro.
MPA - Módulo de Protocolo e Arquivo

Comprovante de Protocolo

 **CONAM**
07/03/2022

Tipo/Processo: E - 2455 / 2022

Data/Hora : 07/03/2022 - 13:59:53

Requerente : SEMEB

Tel. Contato :

Usuário : Marlene Carvalho

Assunto : OFICIO

Departamento : Protocolo

Histórico : OFÍCIO Nº 0208/2022-PMB/SEMEB -A/C DO DEP. LICITAÇÃO
ASSUNTO: ESCLARECIMENTO-PREGÃO ELETRÔNICO 03/2022.

Prefeitura Municipal de Bebedouro.
Praça José Stamato Sobrinho, 45 Centro Bebedouro SP 14700000